



GT – 21: “Território, conflitos e ativismos sociais urbanos”

CULTURA POLÍTICA E PRÁXIS PREFIGURATIVA NOS TERRITÓRIOS ANARCOPUNKS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Autor: Rodolpho Jordano Netto
Filiação institucional: USP
E-mail: rodolphoknupp@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa o movimento anarcopunk na cidade Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI, tendo como foco quatro territórios construídos e geridos por estes, a ocupação Flor do Asfalto, ocupação Abrigo Nuclear, ocupação Formiga Preta e a casa autônoma espaço Outrx. Averiguamos esses territórios como potencialidades de construção e manutenção de uma cultura política libertária e de possibilidades de uma vida cotidiana fora dos valores capitalistas moderno coloniais presentes em nossa sociedade. Para isso, partimos dos métodos de análise da História Oral e da Geografia Histórica como forma de lembrar o cotidiano e as práticas conduzidas nos territórios aqui estudados. Vemos aqui uma preocupação legítima dos anarcopunks em construir formas de vida libertárias a partir de seus territórios nos possibilitando repensar e refletir sobre os modos de se habitar o urbano e sobre os acionamentos políticos nas interfaces espaço público e espaço privado.

Palavras-chave: Território; anarcopunks, política prefigurativa

1. INTRODUÇÃO

O anarcopunk, movimento cultural e político que surge em meados dos anos 80, é uma derivação de dois movimentos contestatórios, o movimento político-cultural punk e o movimento político anarquista, mesclando-os e incorporando novas práticas e teorias no seio dos dois movimentos que deriva. Dessa forma, os ideais anarquistas e as lutas de diversos movimentos sociais, convivendo e trocando experiências e vivências com outros setores da sociedade estão aliados à vivência da cultura anarcopunk. No movimento anarcopunk, propõe-se constantemente o questionamento e a desconstrução de subjetividades, e a vivência,

em sua complexidade, daquilo que se assume enquanto luta (MARQUES, 2021), tanto na construção de espaços que são locais de moradia e ao mesmo tempo centros sócias de cultura libertária – com bibliotecas, locais para shows e debates etc. – quando na preocupação constante de politização da vida cotidiana, recusando formas patriarcais, racializadas, capitalistas e transfóbicas das culturas hegemônicas das sociedades vigentes, trazendo até mesmo em suas indumentárias contestações destas.

No Rio de Janeiro, recorte espacial aqui escolhido, o anarcopunk começa a ganhar forma no começo dos anos 90, a partir da consolidação do MAP-RJ (Movimento Anarcopunk do Rio de Janeiro), grupo este que reunia diversas perspectivas e vivências do urbano carioca¹ e fluminense. Nosso objetivo não é fazer um resgate histórico dos primórdios do anarcopunk na cidade do Rio de Janeiro, porém consideramos importante apontarmos as premissas que acarretam o recorte espaço-temporal que iremos nos debruçar – primeiras décadas do século XXI.

Na primeira década dos anos 2000, surge, organizado pelo MAP-RJ, a CICAP (Coalização de Indivíduos e Coletivos Anarcopunks), grupo pelo qual iniciamos nossa pesquisa. A partir das reuniões do CICAP, realizadas na região central da cidade do Rio de Janeiro, surge a Ocupação Flor do Asfalto (2005-2011, se localizava na região portuária, Centro do Rio de Janeiro) e derivado de suas atividades surgem o Espaço Outrx (2011 – 2018, localizada no bairro de Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro), Ocupação Abrigo Nuclear (2011 – 2015, localizada no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro) e Ocupação Formiga Preta (2014 – até hoje, localizada no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro), espaços estes que serviam como moradia e espaços de formação política, de realização de show entre outras, como abordaremos adiante.

Feito essa breve introdução, este artigo analisa os territórios anarcopunks no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI, tendo como objetivo a análise das formas como

1 Os dados aqui expostos foram coletados do informativo anarcopunk “O Anarcopunk”, disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>, (acessado em março de 2022), e também do documentário “Punk “Molotov”, produzido disponível e dirigido por João Carlos Rodrigues, em: https://www.youtube.com/watch?v=X_9aPI4M7S0 (Acessado em março de 2022).

se dão os acionamentos políticos do espaço privado, as formas como se produzem e se reproduzem as culturas libertárias e a efetividade política desses territórios.

Para este trabalho, tivemos como método de pesquisa a História Oral, Geografia Histórica e a Teoria Fundamentada. Acreditamos que a articulação destas com os ativismos sociais apresentam uma ampla possibilidade de produção de conhecimento crítico, como também a inserção do geógrafo na dinâmica das lutas emancipatórias (RODRIGUES, 2015). O campo da Geografia Histórica nos permite a densa articulação entre tempo e espaço na análise da espacialidade social, explicitando a constituição de complexos espaços-temporais “(...) nos quais a espacialidade e a temporalidade são elementos indissociáveis e não hierarquizados” (RODRIGUES, 2015 p.242). Nesta perspectiva, a Geografia Histórica não se caracteriza pelo estudo do passado e sim pela explícita articulação espaço-tempo na análise dos processos, tendo as espacialidades de períodos históricos pretéritos privilegiadas (Idem).

Acreditamos que a periodização de nosso trabalho, das duas primeiras décadas do século XXI, se caracteriza como períodos densos, aqueles nos quais as fontes são mais abundantes, “(...) uma vez que os eventos e a conjuntura que os constituem são caracterizados por dinâmicas de transformação ou efervescência, como conflitos e manifestações culturais, por exemplo” (RODRIGUES, 2015 p.243).

Dito isso, ao utilizarmos a História Oral como referencial teórico-metodológico, temos como objetivo a investigação de memórias sobre um período focado, através das entrevistas e nos documentos pesquisados, buscando registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial (ALVES, 2016). Para nós, o campo teórico-metodológico da Geografia Histórica e da História Oral, nos permite a retomada de uma memória coletiva. A memória é compreendida como trabalho, processo de rememoração que exige da pessoa que recorda um “re-fazer”, uma recuperação do passado a partir do que se vivenciou, até o momento presente (BOSI apud ALVES, 2016). A memória irá demandar uma reelaboração do presente para que possa ser evocada e assumida, sendo a rememoração uma situação de reflexão sobre o narrado, possibilitando assim, ao sujeito que narra, uma oportunidade de refletir sobre si mesmo e seu passado vivido (ALVES, 2016).

Analisaremos num primeiro momento as relação entre cultura libertária e os territórios anarcopunks aqui abordados, analisando as formas de produção cultural dos moradores e apoiadores destes territórios e a como se dá relação entre política e cultura tão importante para o movimento anarcopunk.

Num segundo momento nos debruçaremos sobre os acionamentos políticos dos territórios anarcopunks, nos focando sobre as formas de politização da vida cotidiana realizadas nestes territórios que são espaços de moradia – espaços privados – e ao mesmo tempo espaços políticos.

Antes de continuarmos, vale ressaltar as concepções de território aqui abordadas e suas viculações com o anarcopunk. Partimos da concepção de Souza (2013), na qual o território está vinculado diretamente as relações de poder e que portanto, está diretamente ligado as dimensões políticas das relações sociais, não excluindo de maneira alguma as implicações culturais e economicas ligadas ao ambito político. Como Marcelo Lopés de Souza nós atenta, não podemos limitar o conceito de território apenas as análises do poder estatal e que devemos nos atentar as produções de territórios realizados por diversos grupos, sejam eles num sentido de dominação sejam eles num sentido de emancipação ou superação das sociedades vigentes (SOUZA, 2013). Em diálogo com Souza, Rogério Haesbaert nos aponta que o conceito de território se refere em qualquer acepção ao poder, mas não apenas ao poder político, “Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014 p.57). Sendo assim, acreditamos que os anarcopunks, ao se apropriam de espaços – seja ocupando ou por meio de aluguel e compra – os territorializam³, pois sua intenção é contruir uma espaço que para além de moradia seja um espaço de tensão política e construção de uma cultura política que e está sempre em tensão a cultura e politica estocentrica e capitalista. Por tanto, os anarcopunks ao criam estes espaços no qual a política libertária está cotidianamente presente – como veremos posteriormente – constroem e gerem um “território dissidente”, como Marcelo Lopés de Souza propõem (2013).

2. DA CULTURA HEGEMÔNICA A CULTURA LIBERTÁRIA: TERRITÓRIOS ANARCOPUNKS E PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA LIBERTÁRIA

Como aponta Roberto Lobato Corrêa, *“a dimensão política das práticas culturais tem atraído, já há algum tempo, a atenção de cientistas sociais”* (CORRÊA, S.D. p.1), essa relação entre política e cultura irá remeter a diferenças entre classes, estruturas de poder e políticas culturais de diferenciação (*idem*). Nesta relação a cultura pode ser considerada *“como reflexo, meio e condição de existência e reprodução, e não mais como superestrutura, determinada pela base, nem como entidade supraorgânica, independente e pairando acima da sociedade, conforme discutido por Duncan (2003)”* (CORRÊA, S.D. p.1-2). Sendo assim, como afirmar Roberto Lobato Corrêa, reflexo, meio e condição conferem à cultura um nítido caráter político. Em nosso caso, o anarcopunk trás em sua concepção esse caráter de interfase entre política e cultura, sendo duas dimensões que caminham juntas, como por exemplo nas produções musicais que trazem explicitadamente suas reivindicações políticas, na produção de panfletos e informativos e até mesmo na produção de suas roupas, sempre trazendo mensagens de protesto e/ou relacionadas as ideais anarquistas.

Segundo Mitchell (2008), a cultura seria algo socialmente construída, mediada e causativa, sendo assim, ela explicaria as ações, os comportamentos, as resistências ou as formações sociais de uma maneira que a economia ou a política não podem explicar. Nas palavras de Mitchell:

Portanto, a cultura pode ser especificada como algo que tanto diferencia o mundo quanto fornece um conceito para compreender essa diferenciação. A cultura em si é uma esfera da vida humana exatamente tão importante quanto a política, a economia e as relações sociais, embora se diferencie delas. É uma categoria ontológica importante que precisa ser teorizada e compreendida, se esperamos compreender a diferenciação, o comportamento, a experiência e as lutas humanas. (MITCHELL, 2008, p.82)

Essa importancia que o geógrafo dá para a cultura se torna essencial para nosso trabalho pois nos ajuda a compreender, como alertam Mitchell (2008) e CORREA (S.D.), o comportamento, as experiencias e as lutas adotadas, em nosso caso pelos anarcopunks. Apesar disso, devemos nos atentar, ainda dialogando com Mitchell, em não cairmos nas definições “escorregadias” de cultura, e analisar criticamente o que chamamos de cultura ou não. Sendo assim, para compreendermos como uma cultura é formada, temos que nos atentar para os processos de desenvolvimento social dos ideais de cultura e ao mesmo tempo, nos atentarmos que são os aparelhos do Estado e do capital – nas palavras de Mitchell, os “vencedores” dos

conflitos - que iram categorizar o que é e o que não é cultura e como ela é representada. Por tanto, a “cultura” é criada por meio de disputas históricas entre grupos e indivíduos que tem acesso ou não ao poder heteronomo (MITCHELL 2008). Como afirma Mitchell, em dialogo com outros autores:

Análises culturais que não se iniciam vendo a idéia de cultura como uma imposição estruturante, que não reconhecem a estruturação ideológica completa do conceito, reforçam o culturalismo: a suposição de que cultura existe “independentemente”, de que distinções culturais são necessariamente reais e enraizadas nas pessoas que estão sendo analisadas, e que cultura pode ser usada como explicação. No culturalismo, cultura forma resistência; cultura tem geografias (Gregory e Ley 1988); cultura diferencia a terra. (MITCHELL, 2008 p.91)

Por tanto, em dialogo com Mitchell (2008) e CORREA (S.D.), partimos da ideia de “cultura” como algo historicamente em disputa entre grupos hegemonicos, não-hegemonicos e contra-hegemonicos, nós atentando as categorização que visam a dominação e a subalternidade de formas de cultura não aceitas pelas formas de cultura dominantes e que são a todo momento submetidas a um processo de captura e assimilação, como foi o caso da cultura punk, lgbtqi+ entre outras, na qual as culturas subalternizadas devem se adptar e se modelar as formas culturais aceitas pelas sociedades capitalistas moderno coloniais (PORTO-GONÇALVEZ, 2006; PASSETTI, 2003).

Feito esta breve discussão, compreendemos que os territórios anarcopunks aqui estudados são espaços de produção e manutenção de uma cultura libertária através da realização de shows, da possibilidade de uma sociabilidade atenta as formas de opressão reproduzidas em nossa sociedades, manutenção de bibliotecas anarquistas, produção de zines sobre diversos temas e cooperativas de trabalho visando a manutenção economica do espaço e de seus moradores, como abordaremos melhor adiante.

A cultura libertária é compreendida aqui como a préfiguração² da sociedade na qual se quer alcançar, no caso dos anarquistas e anarcopunks, é uma produção cultural e política na

2 Entendemos como prefiguração e política prefigurativa a ideia na qual: “*Em poucas palavras, isto significa que a prática anarquista deve prefigurar o tempo todo a sociedade na qual queremos viver em cada espaço e cada momento. Não devemos pensar em dois momentos ontologicamente distintos, o momento pré-revolucionário e o momento pós-revolucionário, como se nada tivesse a ver um com o outro. Devemos, de*

qual se constroem espaços e práticas cotidianas que visam o combate as formas de dominação da sociedade vigente e que, portanto, constroem territórios aonde as formas de organização e de sociabilidade sejam compatíveis a ética e aos princípios anarquistas (ZICQUA, 2023). Apesar dessas experiencias e de suas importancias, devemos nos atentar que esses “*territórios de liberdade*” que anarquistas e anarcopunk criam dentro da sociedade de classes não são uma anarquia, pois como afirma Zoe Baker:

A anarquia é um sistema social no qual todas as formas de governo de classe foram abolidas e o socialismo foi alcançado. Portanto, não se pode dizer que a anarquia existe apenas porque uma associação horizontal foi construída dentro da gaiola do capitalismo e do Estado (Malatesta 2016, 358-60). Embora as associações horizontais dentro da sociedade de classes não sejam anarquia, elas são o meio pelo qual a anarquia pode ser alcançada. Ou seja, as associações horizontais devem ser órgãos de luta de classes que unem os trabalhadores para conquistar melhorias imediatas, como salários mais altos ou o fim do setor de combustíveis fósseis, e, por fim, derrubar as classes dominantes. (BAKER, 2023 p.14).

Dito isso, analisamos em nossa pesquisa, que os quatro espaços anarcopunks aqui abordados foram importantes territórios de referencial e criação da cultura libertária e possibilitaram que pessoas não inseridas na cultura punk e anarquista tivessem contato com estas. Todos os espaços aqui estudados, como mencionado anteriormente, tinham bibliotecas sociais abertas para o público, realizavam show de grupos musicais vinculados ao anarquismo, grupos de estudos sobre práticas e teorias anarquistas, publicavam zines e panfletos sobre questões relacionadas as lutas libertárias, ofereciam oficinas de serigrafia, jardinagem, manutenção de bicicleta entre outras. Além dessas práticas, analisamos a partir de nossas entrevistas³ que os shows realizados serviram como abertura primária aos territórios para pessoas que não frequentavam anteriormente o espaço. Como é lembrado em algumas entrevistas, os shows além de serem momentos de descontração e sociabilidade, serviam como forma de atrair punks mais ligados ao aspecto cultural do que ao político, para a integração entre cultural e político tão cara ao anarcopunk. Ao frequentarem os shows, as

fato, fazer sempre o melhor para garantir que a dinâmica com a qual operamos agora reflita o que queremos para o futuro”. ZICQUA, Madelyna. Anarquismo e luta trans. Edições Tormenta. 2023 p.4.

3 Nossas primeiras entrevistas na qual este trabalho se baseia foram realizadas com 10 integrantes dos territórios aqui estudados, entre Outubro e Dezembro de 2023.

peessoas tinham acessos a informativos sobre as atividades dos espaços, entravam em contato com publicações sobre práticas anarquistas ao redor do mundo além de serem convidadas para atividades de caráter mais político.

Além das práticas abordadas, os territórios anarcopunk são dotados de topomínias, sendo essa “*entendida como forma simbólica espacial, constitui-se em importante marca cultural impregnada, em muitos casos, de um intencional sentido político*” (CORRÊA, S.D.II). Mais adiante, Roberto Lobato Corrêa afirma,

As formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando diretamente relacionadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, estátuas, obeliscos, shopping centers, parques temáticos, rios, montanhas, procissões, desfiles e paradas são exemplos de fixos e fluxos que podem ser vistos como formas simbólicas espaciais, distintas de uma jóia, um móvel ou uma vestimenta. (CORRÊA, S.D.2 p.5)

A relação entre os dois, formas simbólicas e espaço, são complexas e interferem uma na outra. Sendo assim, “*as formas simbólicas espaciais incorporam atributos já conferidos a determinadas localizações e itinerários, e estes são afetados pela existência de certos objetos e fluxos*” (CORRÊA, S.D.2 p. 6).

Como veremos adiante, ao dotarem de simbolismo os espaços territorializados, os anarcopunk ressignificam a imagem dos lugares (SOUZA, 2013), transformando por meio da paisagem a cultura, o simbolismo e os discursos em “campos de batalha” de visões, sendo a paisagem entendida como produção cultural podem incorporar a reprodução ou a contextação do poder político vigente (DUCAN *apud* SOUZA, 2013).

Por tanto, como primeiro exemplo (figura 1), tomemos a análise da faixa principal da ocupação Flor do Asfalto. No meio da região portuária do Rio de Janeiro, a pouco metro de distancia da ocupação, conseguiasse ver uma badeira negra com um simbolo pirata. Ao se aproximar da ocupação se conseguia ler, em seus muros, grafites com mensagens políticas de contextação ao modelo capitalista e estadocentrado vigente em nossa sociedade.

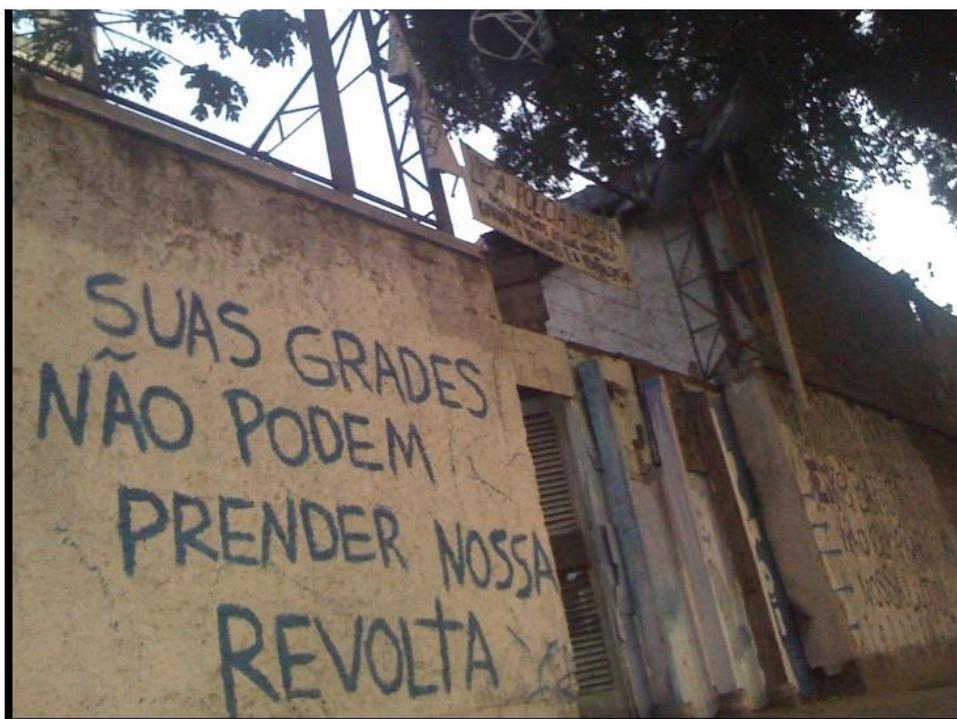


Figura 1- Foto: Chapolin - Entrada da Ocupação Flor do Asfalto

Outro importante simbolismo presente nos espaços aqui estudados se dava em seus interiores, simbolismo este que tinha como intensão marcar o posicionamento político através de cartazes e pixações, trazendo mensagens de lutas no Brasil e em outras partes do mundo. Nos deteremos a mostrar apenas o exemplo do espaço Outrx pelo espaço que dispomos neste artigo.



Figura 2- Acervo Pessoal - Espaço Outrx

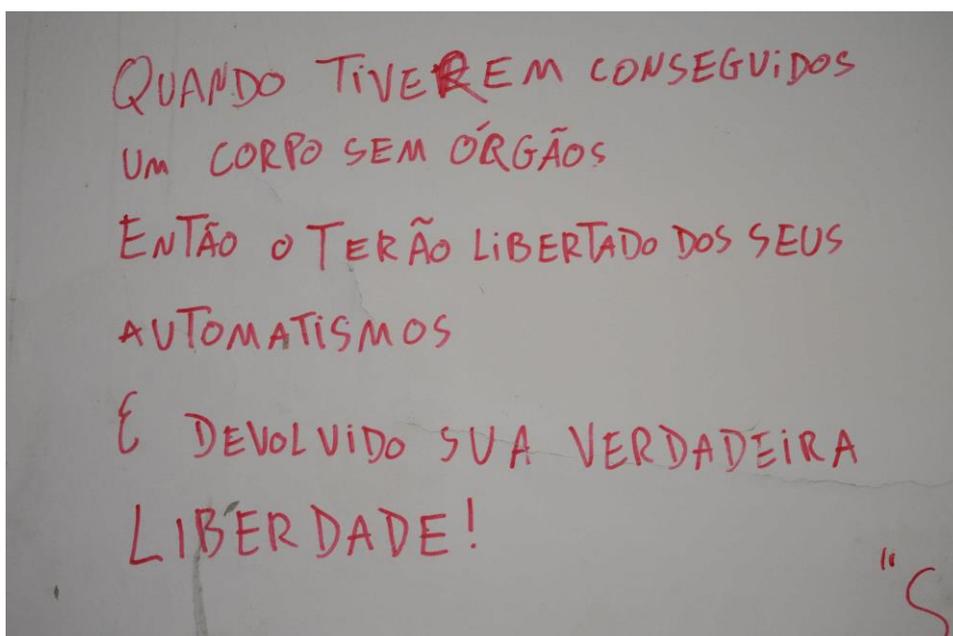


Figura 3 - Acervo Pessoal - Parede do Estúdio de Música do Espaço Outrx

Feito essas breves análises, abordaremos agora as práticas cotidianas dos territórios anarcopunks, nos atentando para as formas organizativas dos espaços, formas de convívio entre outras práticas presentes no dia a dia destes.

3. VIDA COTIDIANA E POLÍTICAS PREFIGURATIVAS NOS TERRITÓRIOS ANARCOPUNKS

Averiguamos que a produção e reprodução do espaço nas sociedades vigentes implica, contém e dissimula as relações sociais (LEFEBVRE, 2013). Sendo assim, o espaço produzido e reproduzido na sociedade contemporânea será um significante do poder vigente e nessa significação irá implicar uma ordem que na escala do cotidiano comandará os corpos. Nesse sentido, ele prescreverá e proscreverá gestos, trajetos e percursos, acarretando uma obediência nela própria cega e espontânea, portanto, vivenciada (*Idem*). Segundo Henri Lefebvre, o Estado moderno irá gerir o cotidiano de forma direta e/ou indireta, de um lado pelas leis, regulamentos, proibições, entre outros, e por outro lado, se dedica a “*tapar*” as fissuras de liberdade e possibilidades outras que não passam por sua administração (LEFEBVRE, 2009). Sendo assim, a vida cotidiana é, para o Estado e o capital, “*fonte de exploração e espaço [e tempo] controlado, organizado e programado*” (NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C.B; 2000). Em diálogo com os autores supracitados, a vida cotidiana se torna em si um espaço modelado pelo Estado e pela produção capitalista, tendo como objetivo tornar os sujeitos reprodutores de um consumismo dócil e voraz e de uma eficiência produtiva (NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C.B; 2000; LEFEBVRE, 2008). Nesse processo, o espaço é banalizado e o território é transformado num território da abstração, onde a cidade torna-se um cenário do capital, que em sua produção, afirma Damiani (2017):

(...) aproxima-se de seu conceito, supera seu caráter de noção abstrata e como conceito acessa o sentido do movimento prático e seu tratamento ao nível teórico, e, através dele, o que o impede a dirigir-se à sua finalidade, à alienação viva no tempo; quais sejam: o tempo especializado (tempo abstrato de trabalho) e a alienação espacial (esse tempo abstrato e o espaço abstrato) (DAMIANI, 2017 p.30 – grifos da autora)

O tempo especializado, alienado e o ritmo linear do trabalho abstrato remetem à alienação espacial, ou seja, à perda da qualidade do trabalho, em termos marxianos, e à qualidade espaço-temporal reduzida a espaço livre da mercadoria. Assim, de forma equivalente, no processo de (re)produção capitalista do espaço, existem a perda de espaços e tempos dos indivíduos, mergulhados numa generalizada mercantilização, que envolve todos seus espaços e tempos – de trabalho, de lazer, de vida (DAMIANI, 2017). Dessa maneira, o capital se realiza através da estratégia que torna o espaço um momento do processo produtivo

e, como produção social, se realiza como parte do núcleo das formas de acumulação que sobre a configuração atual do capitalismo – financeiro – realiza-se através da reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2015). Sua produção é, ao mesmo tempo, um momento constitutivo da vida dos indivíduos e a efetivação das formas de acumulação e valorização assim como condição de realização do capital. No espaço, isso significa que a orientação e as mudanças nas formas, estruturas e lugares trazem em si transformações no uso e acesso à cidade pelos sujeitos para além da esfera produtiva, produzindo cotidianamente a vida cotidiana (CARLOS, 2015).

Dito isso, acreditamos que existem parcelas de espaços e tempos que conseguem sair da lógica de alienação da (re)produção da vida cotidiana no espaço urbano e constroem formas de sociabilidade que se opõem as formas hegemônicas e heterônomas dominantes em nossa sociedade. Uma das formas de emancipação individual e coletiva da vida cotidiana se dá através das práxis políticas prefigurativas adotadas por diversos movimentos anarquistas em âmbito mundial. A política prefigurativa – como abordamos de forma rápida anteriormente - adota a ideia de que a prática anarquista deve prefigurar a sociedade que se quer alcançar, não devendo se pressupor dois momentos ontológicos distintos, como o pré e o pós-revolucionário, garantindo assim, que a dinâmica na qual gerimos nossas vidas e os espaços reflitam agora o que queremos para o futuro (ZYCQUA, 2023). Como nos é apontado por Marcelo Sandoval Vargas,

Os dois aspectos em que se podem enquadrar os principais esforços do movimento anarquista, em que o horizonte ético-político libertário tem sido capaz de subverter as relações sociais de dominação, por meio de suas formas de fazer política implantadas a partir dos bairros, do mundo do trabalho, das comunidades em luta e da clandestinidade da vida cotidiana, é na construção de uma subjetividade radical e insubmissa, bem como na implementação de projetos de autogestão, orientados para a generalização dessa subjetividade. (SANDOVAL VARGAS, 2016 p.83).

Por tanto, acreditamos que essas formas de construção de políticas prefigurativas e de contestação da vida cotidiana vigente não se dá separada do espaço, elas são criadas, mantidas e disseminadas pelos espaços territorializados. Estas práticas criam novas significações, práticas e relações sociais interrompem o *continuum* da dominação se colocando além do

capitalismo e do Estado. Para os anarquistas e anarcopunks – incluindo os aqui estudados – é necessário uma revolução integral que não vise apenas dissolver o Estado e socializar os meios de produção, mas também que se contraponha ao patriarcado, ao racismo, ao autoritarismo e a hierarquia, criando assim uma cultura política que coloca em questão todos os âmbitos da reprodução da vida cotidiana (SANDOVAL VARGAS, 2016).

Nos territórios aqui estudados notamos, a partir dos relatos e da nossa convivência como apoiadores, que existia uma preocupação em manter-se coerente aos ideias anarquistas. Tomemos o espaço Outrx como exemplo. Esse é o único território aqui abordado que não era uma ocupação, possuía uma pessoa que era a dona, em termos jurídicos-legal, da casa. Nenhuma das pessoas que moraram na casa eram submetidas pagar aluguel e todas as contas eram divididas igualmente. Se alguém num certo mês não possuísse verba para arcar com a despesas da casa, esta era tirada da divisão e se esperava que a pessoa tivesse condições de voltar a contribuir novamente, sem sanções ou constrangimentos.

Como vimos, todos os espaços aqui abordados possuíam cooperativas que visavam a garantia de estabilidade econômica da casa e das pessoas que participavam. Na maioria dos casos eram cooperativas de comida vegana e estúdios de serigrafia para produção de blusas. Além disso, os territórios mantinham reuniões periódicas para discutir questões referentes a gestão da casa, as atividades culturais além de reuniões para resolver coletivamente problemas pessoas ligados a alguma postura que não correspondesse com as práticas anarquistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como averiguamos neste artigo, os territórios anarcopunks existentes no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI, construíram e mantiveram viva a cultura política libertária, seja através de suas atividades políticas seja na gestão e manutenção de seus territórios.

Vimos que a cultura anarcopunk não apresenta uma formulação dicotômica entre política e cultura e sim uma cisão entre os dois, trazendo em suas produções culturais as contestações políticas que acreditam, sendo estas colocadas de maneira explícita em suas músicas, pinturas e roupas. A partir das políticas prefigurativas, os indivíduos em seus territórios construíram práticas cotidianas que se contrapunham a formas de sociabilidade e de moradia convencionais nas sociedades vigentes, construindo assim formas de vida que se

assemelhassem a sociedade que buscam – no caso dos anarcopunk, uma sociedade anarquistas.

Visamos aprofundar posteriormente essas práticas prefigurativas em relação aos indivíduos que moravam nestes territórios assim como inferir qual era a importância deste aos apoiadores e frequentadores.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina S. de O. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. Anais IV Semana de História do Pontal. Pontal. 2016.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. O verde violentou o muro. Global. São Paulo. 1986.

CAIAFA, Janice. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro. 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In.: A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, A.F.A, SOUZA, M.L. e SPOSITO, M.E.B. p.: 53-74. Editora Contexto. São Paulo. 2013.

_____. A tragédia urbana. In.: A cidade como negócio. CARLOS, A.F.A, VOLOCHKO, D. e ALVAREZ, I.P. (orgs.) p 43-64. Editora Contexto. São Paulo. 2015 DAMIANI, Amélia Luisa. (Des)encontros entre a Geografia e o urbano: a contribuição de Henri Lefebvre. In.: Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas (volume 1). DAMIANI, A.L. e BAITZ, Ricardo (orgs.). Editora Tiragem Livre. São Paulo. 2017.

CORRÊA, Roberto L. Formas Simbólicas Espaciais e Política. UFRJ. Rio de Janeiro. Sem Data [1].

_____. Política, Cultura e Espaço. UFRJ. Rio de Janeiro. Sem Data [2].

COSGROVE, D. & JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. Area, V.19, P. 91 – 101. 1987.

DAY, Richard. De la hegemonia a la afinidad. Enclave de Libros. Buenos Aires. 2016.

GLASER, B.; STRAUSS, A. The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine, 1967

GORDON, Uri. Anarquia Viva! Política Antiautoritária da Prática a Teoria. Editora Subta. Porto Alegre. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite: Território e Multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2014.

HAWORTH, Robert. O anarcopunk como experimentações radicais e processos de aprendizagem informal. Edições Tormenta. Rio de Janeiro. 2023.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: Territórios e Territorialidades. SAQUET, Marcelo et al.(orgs.) p.91-118. Consequência. Rio de Janeiro. 2015.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Ática. São Paulo. 1991.

_____. La production de l'espace. Anthropos. Paris. 2000

MARQUES, Gabriela. As artes de resistir: Mulheres, anarcopunk, riot Grrrl e anarcafeminismo. Edições Tormenta. Rio de Janeiro. 2021.

MARTINS, José de Souza. Uma Sociologia da vida cotidiana. Contexto. São Paulo 2014.

_____(org.). Henri Lefebvre e o retorno a dialética. Hucitec. São Paulo. 1996. NETTO, J.P, & CARVALHO, M.C. Brant. Cotidiano: Conhecimento e crítica. Cortez Editora. São Paulo 2000.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura. In.: Espaço e Cultura. P. 81 – 101. UERJ. Rio de Janeiro. 2008.

PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violência. In.: Currículo sem fronteiras, v.11, n.1, p.42-53, janeiro-junho de 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org (acessado em março de 2017).

_____. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. In.: Revista Ecopolítica, número 5: janeiro-abril, 2013, p. 2-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica> (acessado em dezembro de 2017).

PINTO, Marcelo de Rezende & SANTOS, Leonardo Lemos. A Grounded Theory como metodologia: Relatos de uma experiência de campo. Revista o&s - Salvador, v.19 - n.62, p. 417-436 - Julho/Setembro - 2012

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica: Notas Sobre a metodologia. In.: Terra Brasilis, 12/2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/4578> (acessado em janeiro de 2022).

_____. Geografia histórica e ativismos sociais. In.: GeoTaxtos, vol.11, n.1, julho de 2015 pp. 241-268. Disponível em: www.academia.edu (acessado em janeiro 2022).

THOMPSON, Paul. A voz do Passado. Paz e Terra. São Paulo. 1998.

SANDOVAL VARGAS, Marcelo. Pensamiento anarquista y crítica de la vida cotidiana. In.: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social. P.73-84. Venezuela. 2016.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. Editora Consequência. Rio de Janeiro. 2020.

_____. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades. Editora Consequência. Rio de Janeiro. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

ZYCQUA, Madelyyna. Luta trans e anarquismo queer. Edições Tormenta. Rio de Janeiro. 2023.